



SUMÁRIO

Capítulo I – INTRODUÇÃO	19
1. Retrospectiva histórica	19
2. Teoria geral da prova	24
3. A prova.....	25
4. Elementos da prova	32
5. <i>Onus probandi</i>	36
6. Classificação dos meios probatórios	39
7. A dinâmica da prova	40
8. O fulcro do estudo	42
9. Conceito etimológico	43
10. Conceito jurídico	43
11. Fundamento do testemunho	47
12. <i>Testis unus, testis nullus</i>	55
Capítulo II – O FATO	57
Capítulo III – AS FASES DA FORMAÇÃO DO TESTEMUNHO	61
1. O conhecimento	62
1.1. A atenção e a compreensão como elementos integrantes do conhecimento	75
1.2. Os limites da atenção	77

1.3.	Compreensão dos fatos.....	79
1.4.	O estado de espírito como fator preponderante para a perfeita percepção de um fato	80
2.	Conservação do conhecimento.....	81
2.1.	Sobre a declaração testemunhal sob o aspecto da intersubjetividade.....	88
3.	A declaração do conhecimento.....	91
3.1.	A declaração da testemunha como meio de comunicação	95
Capítulo IV – A LINGUAGEM		97
1.	Elementos da declaração testemunhal.....	98
2.	A declaração testemunhal sob o aspecto da veracidade	100
3.	Contradita.....	101
4.	O testemunho como declaração mentirosa involuntária	102
5.	A declaração testemunhal sob o aspecto da intersubjetividade	108
Capítulo V – A TESTEMUNHA COMO ELO ENTRE O JUIZ E O <i>THEMA PROBANDUM</i>		111
Capítulo VI – A ORALIDADE DO TESTEMUNHO		119
1.	A importância da oralidade e suas exceções	119
2.	Oitiva das testemunhas em separado.....	124
Capítulo VII – A FALHA DA PROVA TESTEMUNHAL E ANTIGOS CRITÉRIOS PARA A OBTENÇÃO DA VERDADE OBJETIVA		127
Capítulo VIII – CAPACIDADE PARA SER TESTEMUNHA		131
1.	Introdução	131
2.	Os doentes e deficientes mentais	136
3.	Os menores de 14 anos	137

4.	A senectude	143
5.	Apresentação da testemunha	144
6.	A convocação da testemunha militar, do funcionário público e do policial.....	145
7.	O momento em que o sujeito adquire a qualidade de testemunha	146

Capítulo IX – O FUNDAMENTO DO DEVER DE TESTEMUNHAR..... 149

1.	Deveres da tetesmunha	151
2.	Veracidade do depoimento.....	157

Capítulo X – EXCEÇÕES AO DEVER DE DEPOR..... 163

1.	Fundamento da exceção de depor em razão do parentesco.....	163
2.	Elenco dos parentes que podem gozar dessa isenção	166
3.	O momento em que o sujeito adquire, para o processo penal, a qualidade de parente	169
4.	Imunidade dos congressistas para servir de testemunha	171
5.	Imunidade dos agentes diplomáticos e consulares.....	172

Capítulo XI – PROIBIÇÃO EM RAZÃO DO SEGREDO PROFISSIONAL..... 173

1.	Definição de segredo	174
2.	Fundamento do segredo profissional.....	175
3.	Faculdade de depor	176
4.	Quais os sujeitos que podem invocar tal prerrogativa.....	179
5.	Abstenção de depor em razão do segredo confessional – fundamento	181
6.	O promotor de justiça está proibido de depor como testemunha, caso tenha funcionado no processo, ainda que como fiscal da lei.....	185

7. Juiz de direito que presenciou os fatos investigados	187
8. Testemunhas de “beatificação”	187
9. A palavra da vítima.....	189
10. A palavra do corréu	190
11. Informações de delinquentes	190
Capítulo XII – DA ACAREAÇÃO	191
1. Conceito e características	191
2. O comportamento e as reações humanas	195
Capítulo XIII – SOLUÇÕES UTÓPICAS PARA A DESCOBERTA DA VERDADE.....	199
Capítulo XIV – O TESTEMUNHO COMO MEIO DEMONSTRATIVO DA EXISTÊNCIA MATERIAL DO ILÍCITO PENAL.	203
Capítulo XV – FALSO TESTEMUNHO	207
1. Características	207
2. Natureza jurídica	208
3. Procedimento	211
Capítulo XVI – LEI DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS, TESTEMUNHAS E ACUSADOS COLABORADORES	217
1. Considerações iniciais.....	217
2. A lei n. 9.807/99 e a colaboração premiada.....	220
3. Considerações sobre a lei n. 13.608/2018	222
4. Ampliando os mecanismos de proteção.....	223
Capítulo XVII – DA COLABORAÇÃO PREMIADA.....	225
1. Introdução	225
1.1. Sistemas penais.....	225

1.2.	Teoria da pena	231
1.3.	Reflexões sobre o cárcere	238
2.	Colaboração premiada e delação premiada	251
3.	Histórico	254
3.1.	Influências do direito norte-americano.....	262
3.2.	Influências do direito espanhol.....	265
3.3.	Influências do direito italiano	266
4.	A colaboração premiada no brasil.....	276
5.	Princípios norteadores	279
5.1.	A questão do sigilo	285
6.	Natureza jurídica	290
7.	A formalização do acordo	292
7.1.	Considerações iniciais	292
7.2.	A imparcialidade do magistrado.....	293
7.3.	Participação da vítima	298
7.4.	Características	299
7.4.1.	Celeridade	300
7.4.2.	Vontade livre e consciente	301
7.5.	Procedimento	302
7.5.1.	A proposta de acordo	309
7.5.2.	O condutor da negociação	310
7.5.3.	A negociação.....	313
7.5.4.	A homologação do acordo.....	319
7.6.	Foro por prerrogativa de função	328
8.	Impugnação	329
9.	Retratação, rescisão e anulação	331
10.	Ponderações trazidas à luz do instituto em questão	332

11. A colaboração premiada nos crimes praticados por organização criminosa	337
12. Operação Mãos Limpas x Operação Lava Jato	353
Capítulo XVIII – CONCLUSÃO	357
Bibliografia	373